
The background of the cover is a dramatic sunset or sunrise over a battlefield. Silhouetted against the bright orange and yellow sky are several medieval warriors. Some are on horseback, while others are on foot. They are holding various weapons, including swords, spears, and axes. The scene is filled with a sense of action and historical atmosphere.

*Sentidos e Sujeitos:
Elementos que dão
Consistência à História 2*

Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)

The background of the cover is a black and white photograph showing the silhouettes of several medieval warriors in a battle scene. They are holding various weapons like swords, axes, and spears, and some are on horseback. The scene is set against a bright, hazy sky, creating a dramatic and historical atmosphere.

*Sentidos e Sujeitos:
Elementos que dão
Consistência à História 2*

Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás

Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Kimberlly Elisandra Gonçalves Carneiro
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadoras: Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S478 Sentidos e sujeitos: elementos que dão consistência à história 2 / Organizadoras Denise Pereira, Janaína de Paula do Espírito Santo. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-650-8

DOI 10.22533/at.ed.508201112

1. História. I. Pereira, Denise (Organizadora). II. Espírito Santo, Janaína de Paula do (Organizadora). III. Título.

CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos.

APRESENTAÇÃO

Conhecer, é estabelecer sentido. O ato de viver, quando ultrapassa a esfera da sobrevivência, é portanto o ato de conhecer e dar sentido ao mundo e as pessoas. Esse conhecimento não é abstrato, visto que o modo com que nos relacionamos com o conhecimento tem um impacto direto no processo de ensino aprendizagem e também no modo como encaramos os espaços de construção do conhecimento como todo. Há, da mesma maneira uma diferença no tratamento que damos à tensão existente entre a informação produzida pela ciência e aquela a que temos acesso cotidianamente, que reside exatamente na conexão que estamos dispostos a reconhecer entre o conhecimento, a informação e a experiência cotidiana dos indivíduos. De maneira geral, essa relação é vista atualmente, como um elemento de embates e resistências, em uma dinâmica própria, que não é sempre harmônica. Essa espécie de tensão é particularmente visível no momento em que vivemos: há uma espécie de conservadorismo que está em crescimento no Brasil atualmente se alimenta dela, e que se coloca, muitas vezes como resistente a ciência de referência e aos consensos científicos reconhecidos. Há uma factualização das informações que passam a fazer sentido para o indivíduo validadas especialmente pela sua própria experiência com o real. Assim, os “espaços de domínio público” do conhecimento vem ganhando cada vez mais dimensão no processo da formação de opiniões, posicionamentos e referenciais das pessoas.

Esse movimento não é um fenômeno apenas nacional, mas se verifica em diferentes partes do globo, o que demonstram a necessidade uma reflexão constante sobre todo esse processo de construção de verdades e sentidos do pensamento humano sobre o mundo. Se o pensamento é construído no espaço de relação entre as pessoas, no reconhecimento e na interação dos indivíduos, esse também é um espaço que deve ser foco de estudos e reflexões. É na relação, no reconhecimento e na exploração da construção de sentido dos grupos humanos e entendimento de que os sujeitos estão a todo momento dando sentido à sua realidade (que portanto, se está contido na maneira em que cada indivíduo constrói sua experiência de mundo e do conhecimento) que a história adquire profundidade, riqueza e forma. É dessa experiência que os saberes históricos constroem seus significados e sua relevância para as pessoas.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura
Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

“NÃO FORAM OS DEUSES, NEM FOI A MORTE DE DEUS, NÃO FOI O JABÁ DA ACADEMIA QUE MATOU A POESIA”: CONSIDERAÇÕES SOBRE A JUVENTUDE NA PÓS-MODERNIDADE

Marlon Jose Gavlik Mendes

DOI 10.22533/at.ed.5082011121

CAPÍTULO 2..... 13

A CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA MARXIANA NA EMANCIPAÇÃO DA MULHER NO CAMPO DE TRABALHO ANTE A OPRESSÃO DA SOCIEDADE CAPITALISTA

Renata Reis de Lima

Jenucy Espíndula Brasileiro

DOI 10.22533/at.ed.5082011122

CAPÍTULO 3..... 23

A FAMÍLIA COMO BASE: NACIONALISMO, EXÉRCITO E EDUCAÇÃO

Felipe Varzea Lott de Moraes Costa

DOI 10.22533/at.ed.5082011123

CAPÍTULO 4..... 33

EL FERROCARRIL, PARAJES DE LA HISTORIA EN EL NORTE DE MÉXICO, VILLA PASO DEL NORTE, 1880

Lidia G. Sandoval Rivas

Luis Herrera Terrazas

DOI 10.22533/at.ed.5082011124

CAPÍTULO 5..... 44

A MEMÓRIA AIKEWARA DO TEMPO DA GUERRA E OUTROS TEMPOS NO ARAGUAIA

Nadine Borges

Wilson Madeira Filho

Ana Motta Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.5082011125

CAPÍTULO 6..... 58

A MORADA NORDESTINA: A ARQUITETURA COMO PARTE DA PAISAGEM E INDENTIDADE

Gabriela de Sousa Vieira

Miriam Ferreira de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.5082011126

CAPÍTULO 7..... 68

AS MARAVILHAS EM *EMBAIXADA A TAMERLÃO (1406)*

Jorge Luiz Voloski

Sofia Alves Cândido da Silva

Lucas Vieira dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.5082011127

CAPÍTULO 8	82
AS MARCAS DA DITADURA NO CONTEXTO SOCIAL DA HISTÓRIA E SUAS SOMBRAS NA CONTEMPORANEIDADE Daniel de Oliveira Perdigão DOI 10.22533/at.ed.5082011128	
CAPÍTULO 9	86
ASPECTOS DA HISTÓRIA CULTURAL E AS CONTRIBUIÇÕES DE ROGER CHARTIER Odair Vieira da Silva DOI 10.22533/at.ed.5082011129	
CAPÍTULO 10	99
ASTRONOMIA CULTURAL: UM OLHAR DECOLONIAL SOBRE E SOB OS CÉUS DO BRASIL Flavia Pedroza Lima Rundsthen Vasques de Nader DOI 10.22533/at.ed.50820111210	
CAPÍTULO 11	106
BELEZA NAS ALTURAS: AEROMOÇAS E UNIFORMES NA ESTÉTICA DO BEM VESTIR Felipe Bastos Maranezi Natalia Scarabeli Zancanari DOI 10.22533/at.ed.50820111211	
CAPÍTULO 12	116
CAMINHOS DA MODERNIDADE: A AMAZÔNIA SOB OS SIGNOS DE UM TEMPO ACELERADO (1915-1940) Leticia Souto Pantoja DOI 10.22533/at.ed.50820111212	
CAPÍTULO 13	135
CHRISTINE DE PIZAN E A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NA GUERRA Carmem Lúcia Druciak DOI 10.22533/at.ed.50820111213	
CAPÍTULO 14	146
CIDADE SINOP, MATO GROSSO: NO/PELO DISCURSO DO IMPRESSO JORNAL HOJE, A CONSTRUÇÃO DE UMA TERRA DE PROGRESSO E OPORTUNIDADE Leandro José do Nascimento DOI 10.22533/at.ed.50820111214	
CAPÍTULO 15	159
CINEMA, HISTÓRIA E CRÍTICA: APONTAMENTOS SOBRE ÉLIE FAURE Erivan Cassiano Karvat DOI 10.22533/at.ed.50820111215	

CAPÍTULO 16.....	171
CONSERVADORES X MODERNISTAS: OS EMBATES ENTRE OS CONCÍLIOS PROTESTANTES ESTADUNIDENSE NO SÉCULO XX	
José Roberto de Souza Paulo Julião da Silva Stefano Alves dos Santos Josielson Lira Matos	
DOI 10.22533/at.ed.50820111216	
CAPÍTULO 17.....	183
DIALÉTICA CULTURAL ESPIRALADA: <i>CONSTRUCTO</i> PARA AS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	
Nicolas Theodoridis	
DOI 10.22533/at.ed.50820111217	
CAPÍTULO 18.....	194
INFÂNCIAS TRADICIONAIS NEGRAS NA HISTÓRIA BRASILEIRA	
Mariane Oliveira Nunes Valéria Amim	
DOI 10.22533/at.ed.50820111218	
CAPÍTULO 19.....	203
MOVIMENTO EMANCIPACIONISTA NA DÉCADA DE 1980, MEMÓRIA E IDENTIDADE, A RECONSTRUÇÃO DO PASSADO NAS VOZES DA COMUNIDADE JAPERIENSE COMO UMA HISTÓRIA PÚBLICA	
Adna Gomes Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.50820111219	
CAPÍTULO 20.....	214
O CÉU DO INDÍGENA BRASILEIRO - UMA ASTRONOMIA CULTURAL	
Marcelo Augusto do Amaral Ferreira Rundsthen Vasques de Nader Luiz Carlos Borges	
DOI 10.22533/at.ed.50820111220	
CAPÍTULO 21.....	220
O COMÉRCIO E A EVOLUÇÃO ESPACIAL DAS ÁREAS CENTRAIS DAS PEQUENAS CIDADES: O CASO DE PORTALEGRE	
Miguel Castro	
DOI 10.22533/at.ed.50820111221	
CAPÍTULO 22.....	243
O SOL NASCENTE EM TERRA TUPINAMBÁ: A EXPERIÊNCIA DE IMIGRANTES JAPONESES DO MARANHÃO NA DÉCADA DE 1960	
Hemelita da Silva e Silva	
DOI 10.22533/at.ed.50820111222	

CAPÍTULO 23	255
ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO ESTADO DE SÃO PAULO: ASPECTOS HISTÓRICOS (1980-2008)	
Odair Vieira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.50820111223	
CAPÍTULO 24	268
PLURALISMO NA CIÊNCIA ECONÔMICA OU UM ESTADO TRANSITÓRIO EM DIREÇÃO A UM NOVO <i>MAINSTREAM</i> PÓS-NEOCLÁSSICO?	
Marcelo de Carvalho Azevedo Anache	
Luiz da Costa Laurencel	
Carlos Benevenuto Guisard Koehler	
DOI 10.22533/at.ed.50820111224	
CAPÍTULO 25	277
MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E SOCIOCULTURAIS NA FESTA DA SANTA CRUZ PADROEIRA DO MUNICÍPIO DE TAQUARANA-AL	
Ana Cristina de Lima Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.50820111225	
CAPÍTULO 26	284
UNIDOS PELA DEMOCRACIA: AS ESCOLAS DE SAMBA DO RIO DE JANEIRO E OS ENREDOS POLÍTICOS NA DÉCADA DE 1980	
Guilherme José Motta Faria	
DOI 10.22533/at.ed.50820111226	
CAPÍTULO 27	299
VISITAÇÕES TUMULARES E SIGNOS DE COMUNICAÇÃO: UMA LEITURA ANTROPOLÓGICA E SENSÍVEL	
Marcia Regina de Oliveira Lupion	
DOI 10.22533/at.ed.50820111227	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	310
ÍNDICE REMISSIVO	311

INFÂNCIAS TRADICIONAIS NEGRAS NA HISTÓRIA BRASILEIRA

Data de aceite: 01/12/2020

Data de submissão: 21/10/2020

Mariane Oliveira Nunes

Universidade Estadual de Santa Cruz.

Ilhéus – Bahia.

<http://lattes.cnpq.br/6482313594872253>

Valéria Amim

Universidade Estadual de Santa Cruz.

Ilhéus – Bahia.

<http://lattes.cnpq.br/9397293014699124>

RESUMO: Ao olharmos para a história do Brasil é possível compreender que as mudanças que acompanharam sua sociedade enredaram-se à construção da história da infância ao longo dos anos, com suas respectivas particularidades e nuances. Junto a isso, nota-se também a necessidade de construção de um projeto nacional em muitos momentos da história brasileira, incluindo àqueles que voltavam seus olhos para um país com um número considerável de menores abandonados, utilizando as infâncias para projetar-se. Tudo isso nos permite ter noção do que significa abordar infâncias específicas, construídas e desenvolvidas em território brasileiro, desde o Brasil Colonial até o século XXI. Assim, será perceptível compreender a construção de inúmeros discursos acerca do que são infâncias, bem como o que é ser criança, a partir da compreensão das narrativas reproduzidas ao longo da história da humanidade, que se reflete no que é construído em território

brasileiro. Aqui trabalhamos corpos específicos, que através de suas histórias carregam elementos próprios do que é ser negro no Brasil. Durante muito tempo a criança negra relegou-se a uma história sem muitos registros e isso possui ligação direta com a história de um país marcado pelo processo escravagista, que durou mais de trezentos anos. Para tanto, utilizamos nesta pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico, e amparada em um recorte historiográfico sobre as várias infâncias que coexistiram desde o período colonial até recentemente, cujas vicissitudes retiraram da juventude negra o acesso aos direitos básicos e as oportunidades.

PALAVRAS-CHAVE: Infâncias negras, escravidão, infâncias tradicionais.

TRADITIONAL BLACK CHILDHOODS IN BRAZILIAN HISTORY

ABSTRACT: When looking at the history of Brazil, it is possible to understand that the changes that accompany its society are directly linked to the construction of the history of childhood over the years, with their respective particularities. Along with this, we also note the need to build a country project at many times in Brazilian history, which uses childhoods to project itself to those who turned their eyes to a country with a considerable number of abandoned minors. All this allows us to have a notion of what it means to work with the study of specific childhoods, built and developed in Brazilian territory, from Colonial Brazil to the 21st century. Thus, it will be noticeable to understand the construction of countless discourses about what childhoods are, as well as what it is like to

be a child, from the understanding of the narratives reproduced throughout the history of humanity, which is reflected in what is built in Brazilian territory. Here we work specific bodies, which through their stories carry elements of what it is to be black in Brazil. For a long time the black child relegated himself to a story without many records and this has a direct connection with the history of a country marked by slavery, which lasted more than three hundred years.

KEYWORDS: Black childhoods, slavery, traditional childhoods.

“Embora diga-se que entre as crianças africanas a adaptação às novas realidades culturais era menos penosa do que entre adultos, é certo que a experiência do tráfico atlântico marcava suas vítimas. Todavia, uma vez no Brasil, todas as crianças escravizadas, africanas ou crioulas, viviam a infância como uma miragem passageira. O trabalho era constante, o afastamento familiar também. Educação não constituía item que lhes atendesse - ao menos não a educação escolar, mesmo que precária, nos cálculos e primeiras letras.”

(Marcus J. M. de Carvalho).

O conceito de infância construiu-se como uma categoria social, a partir de uma ligação direta com a construção de um modelo específico de família, considerado enquanto “tradicional” e nuclear (e idealizado), sendo assim compreendido, de maneira bem geral, como uma representação da “fase inicial” da vida de uma pessoa. Alguns autores como Philippe Ariès¹ destacam que durante certo tempo, especificamente na Idade Média, essa concepção do “ser criança” não se distinguiu de forma direta do “ser adulto”. Neste período estes personagens eram encarados como “adultos menores”. Portanto, por mais que se cultivasse um amor ao indivíduo enquanto uma pessoa menor, as mesmas não eram vistas com todas as particularidades das quais se constituíram o conceito de criança em outros períodos da história da humanidade, muito menos da forma como se perpetua até os dias atuais.

Um sentimento diferente surgirá quando, na Modernidade, temos a atenção voltada aos cuidados e a relação que essas crianças estabelecem com a sociedade, em especial, cumprindo um papel dentro de um modelo de família nucleada, estruturada, monogâmica e burguesa, cuja relação se ancora aos preceitos do Cristianismo. Entretanto, cabe salientar que nem todas as infâncias receberam a mesma atenção em torno da compreensão e valorização das especificidades e identidades construídas por estes indivíduos e seus

1. Philippe Ariès foi um importante historiador e medievalista francês da família e infância, no estilo de Georges Duby. Ariès escreveu vários livros sobre a vida diária comum. Seu mais proeminente trabalho rendeu um brilhante estudo sobre a morte.

pares. No caso do Brasil, se tornam perceptíveis as diferentes infâncias a partir das classes sociais estabelecidas no país.

Atualmente, essas infâncias ainda se constituem como foco de preocupação, principalmente por compreendermos que tudo o que elas irão vivenciar dependerá diretamente de sua condição econômica e social. A criança é assim compreendida como um ser social, podendo ser protegida ou abandonada pela sociedade. As crianças negras, possuem uma história marcada por muitas tragédias sociais, abusos, exploração e crueldade que até os dias de hoje se reverberam, dentro de um sistema capitalista e marcadamente racista. Sendo assim, é de fundamental importância que, ao pensarmos em infâncias nos questionemos: o que de fato deveria se projetar enquanto infância? Como as infâncias tradicionais se encaixam dentro do atual modelo existente e reproduzido, principalmente no Brasil?

Durante muito tempo à criança negra relegou-se a uma história sem muitos registros. No período colonial tivemos uma forte presença de crianças escravizadas, com seus corpos sendo utilizados enquanto mercadorias e, por vezes, distanciadas de suas respectivas famílias. A criança escrava, era assim invisibilizada e projetada enquanto uma propriedade, seja dos senhores de escravos ou até mesmo para Igreja, que ao se colocar enquanto cumpridora de uma evangelização “necessária”, também cumpria um papel colonizador, destruindo por vezes aspectos característicos da cultura negra diaspórica.

A condição de negro escravo pesou sobre a criança como um decreto de exclusão. Compreender as distorções a que esteve submetida, juntamente com o processo político, econômico e social que se desenvolveu até os dias de hoje, nos dará condições de traçar um paralelo entre a infância de negros escravos e a realidade vivenciada hoje, pelos afro-descendentes. Desta forma, a busca do papel infantil na sociedade nos permite perceber as oscilações e os vários momentos de sua história de escravo, passando do anonimato à condição de cidadão com direitos e deveres (AMIM, 2017, p. 1).

Na era colonialista, o escravo não era valorizado perante a sociedade, ao menos enquanto ser representativo. A criança negra quando muito era citada, era vista com olhares que a marginalizavam. A partir dos sete, oito anos estas crianças já eram entregues aos senhores de suas mães como escravos, se tornando assim mão de obra barata ou mesmo se tornando um brinquedinho para os filhos de seus senhores. Mesmo com o processo de abolição da escravidão, no ano de 1888, o trabalho escravo e, principalmente, o infantil não foi extinto de uma única vez. Ao passo que, a maioria das famílias negras desamparadas pelo Estado continuaram pobres, tendo a necessidade de buscar inúmeras formas de sobrevivência.

A existência do sistema escravagista nos deixou consequências que forneceram a base para a perpetuação da desigualdade racial e social a partir da violência, exclusão, discriminação e a naturalização da exploração do homem pelo homem. Apesar de tudo isso, cabe lembrar que a população negra, mesmo diante de um cenário ainda tão latente,

não se manteve passiva diante destes acontecimentos. A história do Brasil também é constituída por movimentos importantes de lutas e resistências, sejam eles individuais, mas principalmente coletivos, contra o cativoiro.

Ainda no sistema escravista, o relacionamento entre pessoas negras era muito comum. Entretanto, a criança que advinha de um relacionamento entre uma pessoa negra e uma branca abalava ainda mais o seu processo de rejeição e, ao ser chamada de “mestiça”, carregava o fardo de ser considerada ilegítima. A discussão do reconhecimento, do registro e do processo de inserção de crianças negras em famílias brancas fez com que muitas destas fossem afastadas de suas mães, que engravidavam principalmente devido a estupros durante o período da escravidão. O abuso sexual era uma prática comum, apesar de ser muito comum presenciarmos nas novelas, filmes e outros materiais digitais uma constante naturalização deste tipo de relação e dos abusos cometidos nas mesmas. Nem todas as mulheres possuíam o apoio necessário para garantir uma condição básica e segura para estes “mestiços”.

Cruel contradição, a separação de mães e filhos dava-se, muitas vezes, para que elas servissem como amas de leite a outros bebês famintos - especialmente nas cidades onde florescia um mercado de venda e aluguel de amas no fim do século XIX. Também por essa razão, muitos recém-nascidos enfrentavam o abandono nas rodas dos expostos. Herança portuguesa disseminada na Colônia e sobretudo no Império, as rodas eram cilindros de madeira instalados em muros de hospitais de caridade, dentro dos quais se depositavam as crianças indesejadas para que fossem criadas nos asilos religiosos. Apropriando-se das finalidades cristãs dessa invenção, senhores livraram-se dos filhos de escravas puérperas entregando-os ao triste fim dos vínculos familiares e da própria vida, uma vez que a morte dos bebês era a regra em tais instituições. (CARVALHO, 2018, p. 180).

Cabe lembrar que muitas meninas, desde muito jovens, já se tornavam alvos de seus senhores. O trabalho infantil de crianças do sexo feminino sempre foi muito comum e ligado diretamente aos afazeres domésticos, aos cuidados. Até hoje nota-se que boa parte das crianças que precisam sair para trabalhar se direcionam a casas de famílias que as contratam quando as mesmas ainda são menores. Muitas nem alfabetizadas são e é neste espaço doméstico que elas se projetam sem muitas perspectivas de um futuro para além desta realidade, onde inclusive, realizam uma atividade que por vezes nem chegam a ser valorizadas.

As tarefas domésticas são, afinal de contas, praticamente invisíveis: “Ninguém as percebe, exceto quando não são feitas – notamos a cama desfeita, não o chão esfregado e lustrado”. Invisíveis, repetitivas, exaustivas, improdutivas e nada criativas – esses são os adjetivos que melhor capturam a natureza das tarefas domésticas. (DAVIS, 2016, p. 236).

E assim:

Embora as tarefas domésticas, como as conhecemos hoje, possam vir a se tornar velhas relíquias históricas, as atitudes sociais predominantes continuam a associar a eterna condição feminina a imagens de vassouras e pás de lixo, esfregões e baldes, aventais e fogões, vasilhas e panelas. E é verdade que o trabalho da mulher, de uma era histórica a outra, tem sido geralmente associado ao ambiente doméstico. (DAVIS, 2016, p. 238).

Essa é uma reflexão importante que nos dá base para compreender como a condição de escravo ainda se reflete na vida de inúmeras crianças, principalmente as meninas, durante vários períodos da história brasileira, mesmo com a conquista da dita liberdade, perante a lei. E mesmo possuindo, em meados do século XIX muitos senhores com preferência em libertar estes escravos a terem que de alguma forma sustentá-los, essa atitude também se configurou como uma forma de violência, já que tivemos naturalizado o discurso de que muitas crianças, principalmente sendo elas filhas “bastardas” abalariam a estrutura de uma família já estruturada e naturalizada.

Nas cidades, as crianças estavam no interior das casas de famílias abastadas, das meramente remediadas, e por vezes nos lares pobres, nos quais eram mão de obra mais acessível, por ser mais barata que a de escravos adultos. No espaço doméstico, meninos e sobretudo meninas desempenhavam toda sorte de tarefas: servir a mesa, varrer, costurar, recolher cinzas do fogão, carregar água, limpar urinóis, banhar senhores e seus filhos, ajudá-los a se vestir, espantar as moscas que os atormentavam, embalá-los no vaivém das redes, tudo aquilo, enfim, que seus braços de força ainda modesta pudessem suportar - e, não raro, até mais do que isso. (CARVALHO, 2018, p. 178).

Vale lembrar que no Brasil, algumas leis foram aprovadas, como a denominada “*Lei do Ventre Livre*”², que declarava de condição livre os filhos das mulheres escravas que nascessem a partir desta data, que de alguma forma possuiu contato com o movimento abolicionista que se formara e contribuiu para o aparecimento de outras leis que almejavam a abolição da escravidão no país, como a própria “*Lei do Sexagenário*”³, que concedia liberdade aos escravos com idade superior a 60 anos. Estas leis só foram revogadas quando em 1888 é declarada a “*Lei Áurea*”⁴, que infelizmente não modificou a condição precária de vida destas crianças e demais libertos. Relegadas a uma condição de marginalidade, a maior herança da população negra brasileira foi à intensificação do estereótipo de “marginal” e a condição de pobreza no país.

2. Lei n.º 2.040, declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e, sobre a libertação anual de escravos.

3. A Lei dos Sexagenários, também conhecida como Lei Saraiva-Cotegipe ou Lei n.º 3.270, foi promulgada 28 de setembro de 1885 que garantia liberdade aos escravos com 60 anos de idade ou mais, cabendo aos proprietários de escravos indenização.

4. Lei Imperial n.º 3.353, sancionada em 13 de maio de 1888, foi o diploma legal que extinguiu a escravidão no Brasil. Foi votada e aprovada em definitivo, um pouco antes das treze horas, no dia 13 de maio de 1888, e, no mesmo dia, levada à sanção da princesa regente do Brasil Dona Isabel.

Nas décadas seguintes à abolição, a movimentação dos libertos e também dos descendentes dos quilombolas ampliou o campesinato negro e a proliferação de comunidades negras rurais. As formações rurais do pós-emancipação foram caracterizadas como um “campesinato itinerante”, marcado por famílias negras organizadas por parentesco, culturas ancestrais e uso comum do território. Ali se mesclaram as antigas e reformadas comunidades de fugitivos da escravidão, expandindo-se ainda mais as dimensões dos quilombolas e seus remanescentes, presentes no fim do século XIX, mas também no XX e no XXI. (GOMES, 2018, p. 392).

Com o intuito de demonstrar as legislações que vigoravam e interpelavam a infância negra brasileira, citamos no quadro abaixo as principais leis que afetaram diretamente a população (em especial as crianças negras) no Brasil. Tais leis condicionaram essas infâncias às desigualdades e exclusões sociais latentes, ainda hoje, em nossa sociedade.

ANO / LEI	DESCRIÇÃO
1824 – 1891 – Constituição.	A educação era direito de todo cidadão, exceto os escravos.
1850 – Surgiu a nova legislação que tratava a respeito da educação dos negros.	O Decreto tornou gratuitas, na Corte, as escolas primária e secundária e a primeira delas era obrigatória aos maiores de sete anos, mas estabeleceu que os escravos não seriam admitidos nas escolas públicas, em nenhum dos níveis de ensino.
1850 – Lei Eusébio de Queiróz.	Pôs fim ao tráfico de escravos transportados nos navios negreiros.
1871 – Lei do Ventre Livre.	Libertou, a partir daquele ano, as crianças nascidas de mães escravas.
1878 – Decreto que permitiu a matrícula de negros libertos maiores de quatorze anos nos cursos noturnos.	Alguns escravizados passaram a frequentar escolas profissionais e, a partir daí, tornaram-se aptos a promover o letramento de outros negros em espaços informais.
1885 – Lei do Sexagenário.	Beneficiou escravos com mais de 60 anos.
1888 – Lei Áurea.	Extinguiu o trabalho escravo no Brasil.
1911 – Reforma Rivadávia Correia.	Implantou a realização de exames admissionais e a cobrança de taxas nas escolas, impossibilitando o ingresso de grandes parcelas da população nas instituições oficiais de ensino.

Tabela 1: Principais leis que afetaram diretamente a vida da população negra.

No âmbito do espaço público construiu-se a imagem de *vadiagem*, que também atingiu essa infância. Quem era “vadio” praticava (ou estava apto a praticar) desordem. Neste período já tínhamos crianças/jovens conhecidos como “moleques”, que ao tomarem as vias públicas, sejam desenvolvendo trabalhos informais ou realizando outras atividades se encaixavam no que a sociedade criminalizava e julgava enquanto incorreto. A repressão contra essas crianças se dava de maneira forte, e à medida que se passava o século XIX isso se intensificou em punições severas, incluindo castigos corporais e a criação das casas de recolhimento (FEBENS, FUNABENS etc.), que ao tirar muitas crianças das ruas possuíam também como foco limpar as ruas brasileiras, para não gerar uma “visão negativa” que o menor de rua poderia imputar aos que aqui chegassem.

O chamado problema do menor foi inserido nos aspectos psicossociais da política de segurança. O menor foi pensado como um dos objetivos nacionais permanentes, isto é, aqueles que se realizam em “longo processo histórico através da definição dos elementos fundamentais da nacionalidade como a terra, o homem e as instituições”. Num país como o Brasil, que, sob a ótica, se enquadraria num regime democrático... a FUNABEM teria por função exercer a vigilância sobre os menores, principalmente a partir de sua condição, de carenciado, isto é, próximo a situação de marginalização social. (PASSETTI, 2018, p. 151).

Dito isto, a condição de sobrevivência enfrentada pela criança negra dentro da sociedade brasileira, inseriu-as em atividades que contribuíram para a naturalização do trabalho infantil. O discurso de que “o trabalho dignifica o homem” e “é melhor estar trabalhando do que roubando” se reproduziu em meio a uma sociedade elitizada, branca e estruturalmente racista e preconceituosa. Assim, era comum encontrá-las em alfaiatarias, sapatarias, igrejas, carpintarias e até mesmo na Marinha. Junto a isso, teremos também a articulação entre o processo de abolição e a educação, direcionada de forma diferente a corpos específicos cujos papéis já estavam delineados dentro da sociedade brasileira.

A educação projetada à infância negra não era sinônimo de proteção, mas utilizada e pensada como forma de controle social. O direito a educação para estas crianças, quando escravizadas, era negado ou extremamente limitado, já enquanto “livres” se configurou em um processo de exclusão, a exemplo da lei nº 1, de 14 de janeiro de 1837 que apontava “*São proibidos de frequentar as escolas públicas: Primeiro: pessoas que padecem de moléstias contagiosas. Segundo: os escravos e os pretos africanos, ainda que sejam livres ou libertos*”, tornando-se necessário o estabelecimento de estratégias voltadas à construção de leis e políticas públicas de reparação que tornassem obrigatório o ensino gratuito e que fosse contrário ao modelo de educação que convergia com o processo de branqueamento ao qual a sociedade almejava.

A organização negra, possui assim raízes no período escravista e atualmente se reflete através de coletivos e movimentos que pautam, principalmente, a luta antirracista e anticapitalista, discutindo sobre a estruturação das famílias negras, das relações que envolvem estas pessoas e sobre a criança negra em meio a um mundo onde a escravidão se reconfigura, por meio da exploração e do extermínio da juventude negra.

Nas décadas seguintes à abolição, a movimentação dos libertos e também dos descendentes dos quilombolas ampliou o campesinato negro e a proliferação de comunidades negras rurais. As formações rurais do pós-emancipação foram caracterizadas como um “campesinato itinerante”, marcado por famílias negras organizadas por parentesco, culturas ancestrais e uso comum do território. Ali se mesclaram as antigas e reformadas comunidades de fugitivos da escravidão, expandindo-se ainda mais as dimensões dos quilombolas e seus remanescentes, presentes no fim do século XIX, mas também no XX e no XXI. (GOMES, 2018, p. 392).

Na Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 já podemos perceber elencados elementos que garantem ao povo brasileiro, direitos e deveres, com o intuito de acabar ou ao menos diminuir com alguns preconceitos no país. Obviamente, na prática nem tudo se deu de maneira perfeita e as desigualdades são existentes até os dias de hoje em nosso país. Não é à toa que o racismo se reproduz nos mais variados espaços. Mas essa Constituição vem propor que as entidades do país elaborem políticas sociais de liberdade e igualdade, bem como a gratuidade em programas para que se garantam esses direitos. Como consequência, foram elaborados alguns documentos e leis, principalmente nas últimas décadas dos séculos XX e XXI que objetivavam trabalhar fundamentalmente com os direitos das crianças. Os mais conhecidos são: Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças de 1995; Educação Infantil, Igualdade Racial e Diversidade: Aspectos Políticos, Jurídicos, Conceituais de 2011 e Educação Infantil e práticas promotoras de igualdade racial de 2012; Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que tem como objetivo a proteção integral da criança e do adolescente, bem como o marco legal e regulatório dos direitos humanos de crianças e adolescentes, sancionado no dia 13 de julho de 1990; além de trabalhos desenvolvidos tendo como foco a elaboração de políticas voltadas às questões já pontuadas anteriormente.

Todos esses pontos nos confirmam a existência de uma hierarquia binária, sempre violenta: infâncias brancas/infâncias negras, cuja oposição está sempre à custa da supressão de algum “outro”, nesse caso, as crianças negras, postas em uma condição de inferioridade e subordinação. Estas crianças e suas famílias continuarão a sentir o que é ser negro mesmo pós-abolição, em 1888. Os estudos desenvolvidos acerca da temática ainda mostram a ligação que estas infâncias ainda possuem com a servidão e o mundo do trabalho. Passados alguns séculos, o Brasil é o país que possui mais de 70% de sua população composta por pessoas negras, sendo que aproximadamente 62,7% fazem parte da mão de obra precoce no país, realizada em sua maioria por meninas, o que mostra que pouca coisa mudou em nossa história. Sendo assim, estudar as infâncias negras no Brasil é compreender a construção deste território, bem como a necessidade de superar todas as contradições existentes.

REFERÊNCIAS

AMIM, Valéria. Imagens da Infância Negra no Brasil. In: II Encontro com a África, 2001, Ilhéus. II Encontro com a África, 2001.

AMIM, Valéria; NUNES, M. O. **Infâncias tradicionais negras na história brasileira**. *Jornal Politeknik Portugues*, v. 1, p. 5-5, 2020.

DARWIN, Charles. **A origem das espécies**. São Paulo: Editora Hemus, 1981.

DAVIS, Angéla. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo. 2016.

DEL PRIORE, Mary. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. In: **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto. 2000. P. 84 – 106.

CARVALHO, Marcus J. M. Crianças / Ventre Livre. In: GOMES, Flávio dos; SCHWARCZ, Lília Moritz. **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das letras. 2018. P. 180.

GOMES, Flávio dos Santos. Quilombos / Remanescentes de quilombos. In: GOMES, Flávio dos; SCHWARCZ, Lília Moritz. **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das letras. 2018. P. 180.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Lafonte, 2017.

FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia no século XIX**. São Paulo: Hucitec; Salvador: EDUFBA, 1996.

GÓES, José R, DE; FLORENTINO, Manolo. Crianças escravos, crianças dos escravos. In: DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto. 2000. P. 177 – 191.

IANNI, Octávio. **Raças e classes no Brasil**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1962.

MATTOSO, Kátia Queiroz. **O filho da escrava. Em torno da Lei do Ventre Livre**. Revista Brasileira de História. São Paulo. Vol. 8, n. 16, março-agosto 1988, p. 37 – 55.

PASSETTI, Edson. O menor no Brasil republicano. In: DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto. 2000. P. 151.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Araguaia 44, 45, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 57

Astronomia 99, 100, 101, 102, 103, 105, 214, 215, 216, 217, 218, 219

C

Cinema 28, 106, 119, 133, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 229

Comércio 116, 117, 118, 119, 124, 128, 162, 163, 205, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 238, 239, 240, 241, 245, 247, 282

Conservadores 171, 172, 173, 177, 178, 179, 285, 296

D

Democracia 13, 15, 18, 19, 22, 31, 85, 284, 286, 293, 297

Dialética Cultural 183, 189, 190, 191

Ditadura 31, 51, 55, 57, 82, 83, 84, 85, 204, 285, 286, 287, 288, 289, 292, 294, 295, 297

E

Escolas de Samba 284, 286, 287, 290, 291, 293, 297, 298

Estado Transitório 268, 271, 275

F

Família 15, 16, 17, 18, 23, 24, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 49, 54, 55, 108, 121, 125, 144, 162, 184, 195, 198, 202, 217, 218, 245, 247, 250, 251, 302

Ferrovia 33

H

História Cultural 86, 87, 88, 90, 91, 98, 108, 109, 113, 114, 145, 299

História Pública 203, 204, 206, 207, 210, 212, 213

I

Identidade 1, 4, 5, 6, 7, 11, 12, 22, 25, 26, 29, 30, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 111, 112, 115, 127, 135, 138, 139, 141, 143, 158, 171, 177, 203, 205, 224, 226, 254, 256, 267, 278, 298

Imigrantes Japoneses 243, 244, 245, 248, 249, 251, 252

Indígena Brasileiro 214, 217

M

Memória 44, 114, 115, 149, 150, 156, 158, 203, 243, 254

Memória Aikewara 44

Modernistas 171, 173, 179

Morada Nordestina 58, 66

N

Nacionalismo 23, 24, 25, 27, 29, 30, 31, 291

O

Organização Curricular 255, 256, 261, 262

P

Pós-Modernidade 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 11, 114, 224

Pós-Neoclássico 268, 271, 275

R

Representação 6, 28, 76, 88, 91, 95, 96, 98, 108, 112, 127, 135, 156, 157, 184, 187, 195, 238, 293

Roger Chartier 86, 87, 88, 90, 91, 97, 98


S

Sociedade Capitalista 13, 14, 15, 21

Sol Nascente 243, 254

T

Teoria Marxiana 13



*Sentidos e Sujeitos:
Elementos que dão
Consistência à História 2*

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 


www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Atena
Editora


Ano 2020

Sentidos e Sujeitos: Elementos que dão Consistência à História 2



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020